



**RESUMO EXECUTIVO**  
**342ª REUNIÃO**  
**LXIV Extraordinária**

**Data:** 15/03/2023

**Hora do Início:** 16h00min

**Abertura:** Dr. Anoar Samad (Coordenador da CIB/AM)

**Local:** Virtual

**ITEM I – DISCUSSÕES E PACTUAÇÕES Pauta Única:** Aprovação do Plano Estadual de Redução das Filas de Cirurgias Eletivas, Exames Complementares e Consultas Especializadas. ABERTURA – Ao décimo quarto dia de março de dois mil e vinte e três, às 15h, na modalidade virtual, iniciou-se a 341ª (trecentésima quadragésima primeira, LXIII Extraordinária da Comissão Intervenientes Bipartite do Estado do Amazonas, na sala de reunião do Gabinete do Sr. Secretário da Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas - SES/AM (Av. André Araújo, 701 – Aleixo). Confirmado o quórum, na ausência do Coordenador e do Vice Coordenador naquele momento, o suplente do coordenador secretário Jani Kenta, juntamente com o secretário municipal, senhor Manuel Barbosa (de Boca do Acre/AM), deram início a reunião. O senhor Jani Kenta, enfatiza que tanto a união, estados e os municípios estão fazendo esforço para redução das filas das cirurgias eletivas, por isso foi instituído o Programa Nacional de Redução de Filas de Cirurgias Eletivas, Exames Complementares e Consultas Especializadas, pontuando que, a portaria traz premissas a serem seguidas, como a base populacional do IBGE/2021. O secretário Manuel, alega que não tem ninguém na fila, que referenciam tudo para o estado do Acre. O secretário Leandro responde que, o município poderá receber o recurso, irá proceder as cirurgias, demonstrará produção, para ficar apto às demais. informa que naquela manhã, os secretários estiveram reunidos a manhã toda, analisando a Portaria e ouvindo a opinião dos secretários municipais, afirmou que pelo menos uns 33 (trinta e três) municípios já haviam manifestado interesse em receber os recursos na primeira fase, considerando que já faziam muitos dos procedimentos elencados na Portaria, portanto teriam condições de reduzir suas filas internas de cirurgias eletivas. O secretário Jani Kenta pediu a palavra, solicitou que os secretários focassem na Portaria, pois nesse momento estão discutindo os recursos da Portaria 90/2023 do MS, falou que embora o recurso não seja satisfatório para atender todas as dificuldades que o estado do Amazonas enfrenta, temos o fator amazônico, que é complexo, todos sabem, mas temos que focar no que está sendo proposto nesse momento, alertou para que, os municípios avaliem o seu risco, pois na segunda fase as produções serão avaliadas pelo MAC e por município, ao verificarem que não tem FAEC, eles irão retirar o que não foi produzido, lembrou que o estado tem sua proposta, contida no Plano apresentada no dia anterior, e que está aguardando a proposta da diretoria do COSEMS, que ficou de apresentar hoje, para ser incluída no Plano Estadual. A secretária de Manicoré, senhora Adriana Moreira, reforçou, dizendo que os municípios já discutiram bastante e estão cientes de tudo. O secretário Jani ressalta que precisa da lista de municípios que irão entrar na fila de recebimento dos recursos da primeira fase, aqueles que não tem lista na Regulação até o dia 31 de dezembro de 2022, irá ser feita uma justificativa, a fim de que possam receber nesse primeiro momento. A secretária Adriana ressalta que, o COSEMS já tem uma lista, e que eles só irão consensuar, se os municípios forem contemplados. O secretário Franmartony (Maúés/Vice Coordenador), já presente, endossa que a lista já está pronta e solicita que o COSMS faça um ofício e envie a lista para a SES/AM. O secretário Ricardo Freitas (Iranduba), pergunta sobre o percentual dos 4.000.000,00 (quatro milhões)? Ao que o secretário Leandro reafirma que não é percentual é valor *per capita* de cada município, com base nos dados já citados (IBGE/2021). O secretário Dário Vicente (Lábrea), pergunta quanto ficaria para o município de Manaus, ao que foi respondido com o valor de R\$ 2.113.029,00 (dois milhões, cento e treze mil e vinte e nove reais). A secretária Sara Riça (Humaitá), pergunta o valor por habitante, e é informada que é de R\$ 2,81 (dois reais e oitenta e um centavos). A secretária Adriana lamenta não ter uma planilha de todos os municípios com os valores para poderem melhor se enxergarem. O secretário Leandro falou que passou a manhã esperando a lista para fazer esse trabalho e apresentar na hora da reunião, o que não ocorreu





porquê, não recebeu. A secretária Tayana (Eirunepé), pede a fala para novamente reafirmar a ausência da construção conjunta (estado e municípios), afirmando que tudo foi em cima da hora, o que fica parecendo que as coisas não andam por culpa dos secretários. Em resposta, o secretário Jani afirma que estavam esperando uma planilha vinda do DERAC, evidenciando a situação de cada um dos municípios no sistema nacional de regulação, que este documento chegou há menos de 10 (dez) dias, isso não foi só para o estado do Amazonas, tanto é que, só o estado do Maranhão apresentou seu Plano até agora e a gente está aqui lutando para que seja o segundo estado. O secretário Dário, afirma que o estado do Amazonas é o mais complexo do país, o secretário Jani concorda, mas reafirma que as premissas são todas dadas pela Portaria 90/2023, o MS fez o corte em 31 de dezembro de 2022, valor *per capita* de acordo com a população do IBGE de 2021, a planilha situacional de cada município no sistema nacional de regulação, enfim, não há o que discutir, é pegar os dados e montar o Plano, demonstrar para quem vai executar, e recomendar a inserção no sistema para poder avançar. O secretário Manuel pergunta por que o município Polo não pode fazer a justificativa nesse momento para então, receber os recursos de seu município e daqueles que lhe foram referenciados, em resposta, o secretário Jani (SES/AM) fala que nesse primeiro momento segue as premissas da Portaria e que futuramente, com a justificativa, outros municípios poderão ser inseridos, haja vista que o estado é responsável pelos pacientes que estão no sistema, aguardando atendimento. O secretário Ricardo Freitas (Iranduba), faz referência ao art. 3º, inciso III e seguintes, da Portaria 90/2023, onde estão descritas as diretrizes para construção do Plano, essa referência faz referência aos pontos de atenção em saúde, e a regionalização, afirma que não está sendo obedecida as regras da Portaria. Novamente o secretário Jani chama a atenção para as diretrizes estabelecidas e reafirma as bases citadas na Portaria. Prosseguindo, retoma a palavra novamente o secretário Ricardo (Iranduba), lendo os procedimentos listados no plano, informando que só não faz cirurgia de cabeça e pescoço e próstata, as demais todas são feitas no seu município, segue também citando o município de Manacapuru e reafirma que a Portaria fala de um olhar voltado para a Região de Saúde. O secretário Dário, afirma não entender a urgência para a pactuação, haja vista que a Portaria terá validade de 01 (um) ano, prorrogável por igual tempo, para ser executada, ao que o secretário Jani chama a atenção para a urgência de quem está no sistema aguardando sua cirurgia, a urgência é da sociedade, visto que existe uma lista de pacientes aguardando no sistema. O secretário Manuel falou que o vice coordenador, secretário Franmartony, o orientou, via telefone, para que o Estado faça a Resolução, o COSEMS irá encaminhar a lista dos municípios interessados em participar nessa primeira fase, e os que ficarem de fora nesse momento, eles irão discutir como serão contemplados nas outras fases do Plano. Secretário Dr. Djalma (Manaus), solicita ao secretário Manuel (Boca do Acre), para repetir a orientação do secretário Franmartony, ao que informa que nesse primeiro momento o COSEMS irá apresentar uma lista de municípios que demonstraram interesse em participar da primeira fase, mas eles terão que ter a responsabilidade de cumprir com o compromisso, caso contrário, o valor será retirado do seu MAC, ao tempo, solicita ao secretário Jani e Leandro (SES/AM), para que, quando tiver outros assuntos urgentes, sejam chamados os secretários municipais. O que foi endossado pelo secretário Ricardo (Iranduba), O secretário Leandro (SEAC/SES/AM), recomenda ainda que, a lista deve vir acompanhada com o nome da Unidade executora, bem como o número do seu SCNES. O secretário Clerton (Parintins), pede a palavra, dá apoio ao secretário Dário, e enfatiza a importância de o estado tenha uma visão mais municipalista e mantenha mais proximidade com os municípios, espera maior apoio do estado e da união, muitos dos municípios estão bancando sozinhos alguns procedimentos e que portanto precisam desse aporte, para ajudar inclusive a reduzir as filas no estado, solicita ainda que seja dada prioridade aos pacientes da lista, oriundos dos municípios que não serão contemplados nesse momento. O secretário Djalma solicita a palavra e inicia lembrando que em muitas oportunidades a SES/AM sempre verbalizou em reuniões que, Manaus é uma capital estado, que os municípios não têm resolubilidade, que tudo mandam para Manaus, e a luta dos municípios é o inverso, eles querem um apoio, para eles se mostrarem, evidenciem sua capacidade operacional, embora com sua pequena infraestrutura são resolutivos, mas para que tudo isso aconteça, é preciso que o estado, de fato, tenha um pensamento





# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

municipalista, conforme o secretário Clerton falou, e ele chama de descentralização, quando se diz que as coisas tem que acontecer pelo PRI, é fato, mas isso ainda vai demorar, e essa decisão tem que ser rápida, e traduz, descentralizar é dá responsabilidade, aqui está sendo discutido um repasse de verba federal carimbada, que não pode ser gasta em outra situação, então. Os gestores terão que ter um cuidado muito grande burocrático de estar sempre dentro das linhas da lei, para que não venham a responder no TCU e outros órgãos federal, considera ter chegado a hora de realmente a SES/AM, descentralizar até mesmo para o crescimento do estado, os municípios polos que alguns também eram considerados sem resolubilidade, pensarem nos municípios subpolos que pela geografia ou situação, dão conta de atender as referências, é uma forma até de evidências ao PRI, pelo olhar do paciente, não dá para trazer um paciente esbelto, adulto jovem, porquê tem hérnia, trazer de um município distante para fazer cirurgia na capital, os gestores precisam priorizar, com racionalidade, dentro da regional, sem precisar encaminhar para a capital, pensar inclusive no estado clínico em que os pacientes vem, por exemplo, um paciente de 120kg, que tem diabetes e que precisa operar uma hérnia, é preciso fazer triagem desses pacientes que tenham alguma situação crítica ou alguma comorbidade, e reconhecer que cada caso é um caso, e que nem tudo é possível no seu município ou região, mas considera que isso é um passo para que o município possa mostrar que é resolutivo, em reunião dos secretários hoje, o secretário Manuel falou que quando se discute recursos MAC. Secretário Djalma (Manaus) responde que não se manifesta, porque a maioria dos recursos, as vezes fica com o estado, e é obvio, pois realiza muitos dos procedimentos, hoje existe filas homéricas de mamografias que, devido a suspensão e a redução significativa do contrato do estado, com os terceirizados que realizam esses exames, fez a fila crescer e continua, não sabemos se vão retornar, mas a capacidade instalada foi bastante reduzida, não sabemos se isso é algum dos exames contemplados na Portaria, as ultrassonografias estão contempladas? porquê a fila está gigante também no SISREG, no caso de Manaus, só teria na parte ginecológica, no caso ligados ao PLAFAN que é a questão das laqueaduras, vasectomias, porquê as hysterectomias e outras cirurgias ginecológicas podem até ser uma cirurgia elegíva, mas ela não migram para esse tipo de cirurgia, uma complicação de um parto, um parto cesária ou algo mais, ela não é contabilizada como uma cirurgia eletiva, então no caso para Manaus, são esses dois tipos de cirurgias que Manaus teria interesse, e que tem um impacto social muito grande, quando você pega o perfil da paciente, vê que são mulheres pobres, vulneráveis, tem 4 filhos e se você não tomar uma atitude e colocar em um programa de planejamento familiar, elas vão aumentando cada vez mais o nº de crianças, colocando no mundo crianças vulneráveis para educação, ao tráfico e tudo mais, então seria essa a opinião de Manaus. O secretário Manuel tem uma nova proposta aos municípios que não serão contemplados, separar a população que são desses municípios, e deixa e em "stand by", até verem o planejamento que o COSEMS irá fazer, vê a questão dos polos, porquê pelo que se vê, Manaus não vai atender, por exemplo, um paciente que veio do Pauini, por exemplo que não será contemplado, Pauini referência para Boca do Acre, mas existe um valor *per capita* a cada município, é um direito dele, e o COSEMS, apresentar uma alternativa de atendimento. O secretário Djalma (Manaus), faz uma pergunta à SES/AM, quando Manaus fala em MAC, está falando em SES/AM, então a maioria dos recursos destinados aos municípios que não forem contemplados, ficarão na SES/AM? Então, o que a SEMSA/Manaus produzir dentro da MAC especificada na Portaria, a SES/AM, vai sentar com a SEMSA/Manaus e dizer que vai dividir o recurso com ela para ela potencializar? Ou Manaus entrará na cota dos municípios? Essa é uma dúvida que Manaus tem. Ao que o secretário Manuel antes da SES/AM, responde que, no seu entendimento, Manaus deve participar na mesma forma que os municípios em cima daquilo que também produz, Dr. Djalma alega que Manaus, não quer receber nada de hérnia, nada de vesícula, se a Portaria permitir receber por laqueadura ou por vasectomia, a SEMSA/Manaus a produção, se a Portaria não permite, aí a SEMSA/Manaus não tem nada a receber, agora outra pergunta que fez, é que a Portaria também fala de exames complementares, quais são esses exames? Ele não sabe se tem descritos, a SES/AM poderia informar? Se a SEMSA/Manaus fizer, aí ela poderia potencializar, daí poderíamos receber uma fração muito pequena, porque aí, todo o restante Manaus não faz, quem faz é a SES/AM, detentora do merecimento, é só essa





questão do alinhamento que pretende com a SES/AM, para verificar o que Manaus faz, visto que laqueadura e vasectomia faz parte do programa saúde da mulher, Manaus não teria nada a receber, ou seja, a parte que seria da SEMSA/Manaus, ficaria no estado, por ser o executor dessas cirurgias eletivas, agora se tiver exames que a SEMSA/Manaus faça em sua carteira de serviços, que estejam contemplados, como risco cirúrgico, e os cardiológicas nas nossas policlínicas fazem ou alguma outra coisa que a gente faça, só é ver a fração por menor que seja, mas que a gente teria direito de receber, ou seja, a luta é apenas para receber o que a gente faz, o que não faz, não queremos receber, quem tem que correr atrás é quem realiza. O secretário Jani responde primeiramente ao secretário Clerton, destacando que a questão Orçamentária do estado, não está fácil, mas mesmo assim, o estado está fazendo investimento, em Parintins, a exemplo o Hospital Padre Colombo, comunidade e também no Hospital Jofre Cohen, então o estado demonstra por meio de Parintins, essa participação com ajuda aos municípios do Baixo Amazonas, com a UTI adulto e infantil a qual somos parceiros, essa é a intenção do governo, apesar de existirem déficits orçamentários a serem superados, mas a fala do secretário Clerton, é um testemunho de que o estado está dentro da região, mais dentro do que fora, em relação a fala do secretário Djalma, é só mesmo para registrar que as unidades demandantes, são de todo o estado do Amazonas de qualquer município que está na fila onde foi feito o corte, até 31.12.2022, seja de Manaus, do Rio Preto da Eva, de Iranduba, ela está em uma fila única, junto ao MS, onde foi feito o corte, as unidades executantes, aí sim entra o município interessado, Manaus e as unidades que irão executar os procedimentos, existe dois lados o que demanda e o demandado que irá receber pelo procedimento, se executar mais do que recebeu na segunda e terceira fase, irá receber sua compensação pelo serviço a mais executado, isso tudo tem no Plano, não será com esse valor que irá resolver a demanda do estado, a despesa do estado está próximo dos R\$4 bilhões ou 5 bilhões (quatro/cinco bilhões) aproximadamente, não são esses valores que irão resolver nossos problemas, então as prioridades estão no Plano, estão na rede, então hoje, ao receber a lista do COSEMS, iremos incluir e justificar, porque no sistema não consta, que municípios como Lábrea, que tem apenas um paciente inserido na fila, porque o município resolve, mas precisa haver a justificativa para que o município possa executar. Novamente o secretário Djalma (Manaus) pergunta a respeito dos exames especializados, dando o exemplo da neuropediatria, se está contemplado, pois o município de Manaus, comprova uma produção e isso é uma raridade, urologia, outra raridade, assim posso dizer, se algumas especialidades clínicas vão ser contempladas, assim como a SEMSA/Manaus, respeita as produções de hérnia, vesículas, cisto renal e tudo o mais, tireóide, cabeça e pescoço, e outros, pois se for levar em consideração a produção de especialidades, Manaus tem como comprovar, tem série histórica e o número da fila e tempo de espera que o SISREG leva para liberar, de alguns exames e de algumas consultas clínicas de especialidades, volta a perguntar, se inclui Manaus para lutar, com incremento em relação aquilo que produz de consultas e exames de especialidades? Ou, isto não está sendo levado em consideração nesse momento? Secretário Jani responde, afirmando que existe três fases, a primeira é a fase cirúrgica, toda delimitada, conforme a lista que está no DERAC/MS, na segunda e terceira fase, a SEMSA/Manaus, demonstrará algum incremento, além do que ela faz, objetivando a redução de fila, não é do que está dentro do MAC, o que está fora, poderá pleitear nas fases posteriores, junto ao SAIPS/MS, ao que o secretário Djalma (Manaus) justifica, que estão construindo essa série histórica, para dá entrada na reavaliação do aumento do teto MAC, isso é uma coisa, como essa verba é extraordinária, pergunta se deve colocar Manaus na lista? Mesmo que nessa fase não receba nada, mais na segunda ou terceira, possa ser contemplada. Isso não dá problema no MS? Colocar no meio do projeto? Secretário Leandro responde, que nesse momento são cirurgias eletivas, afirmando que nessa fase, não necessariamente Manaus deve colocar seu nome, pois não há procedimentos que lhe cabe receber o recurso, mas não há obstáculo em que na fase dois e três, ele possa fazer sua inclusão para recebimento de procedimentos de alta complexidade que esteja fazendo. Por último o secretário Manuel afirma que irão verificar de que forma a verba dos municípios não contemplados, mas teriam direito, podem ser direcionados aos que irão referenciar, e dessa forma, irão encaminhar a listagem para inclusão no Plano. **Todos aprovaram e a reunião é encerrada.**



Participaram da reunião: MEMBROS TITULARES: Franmartony Oliveira Firmo (Presidente do COSEMS/AM), Radija Mary Costa de Melo Lopes (Departamento de planejamento DEPLAN/SES-AM), Viviana Cláudia de Paula Conceição Almeida (DABE), Leandro Silva Pimentel (SEAC/SES/AM), Neylane Macêdo Gonçalves (SEAPS/SES/AM), Erick Mendes da Cunha (FES/SES/AM), Lyana da Silva Portela (DECAV/SES/AM), Manuel Roque (CURA/AM), Andrea Carla Correa Cavalcante (DGRH/SES/AM), Tatyana Costa Amorim (FVS/RMCP), Manuel Barbosa de Lima (Boca do Acre), Maria Adriana Moreira (Manicoré), Clerton Rodrigues Florêncio (Parintins), Ricardo Freitas (Iranduba), Mariane Souza Abreu (Presidente Figueiredo) MEMBROS SUPLENTEs: Jani Kenta Iwata, Aurimar Simões Tavares, (SEDRAI/SES/AM), Djalma Pinheiro Pessoa (Manaus), Maria Luiza Aguiara Souto (Manaquiri), além de outros secretários interessa dos , secretário Dário Vicente, Secretária Lexsandra. Estiveram presentes ainda, os apoiadores da CIB: Narelda da Silva Barros, e a Secretaria Executiva da CIB/AM, Sra. Hedy Lamar Almeida Sanches que revisou e lavrou esta Ata. Manaus, 15 de março de 2023.

